



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora ZENAIDE MAIA Pros | RN

EMENDA Nº 32 – PLEN (À PEC Nº 133, de 2019)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo na Proposta de Emenda à Constituição Nº 133 de 2019, renumerando-se os demais, se for o caso:

“**Art.** Em relação ao servidor público federal que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data da entrada em vigor da Lei 12.618/2012 (Lei do FUNPRESP), o cálculo dos benefícios do regime próprio da União será a média aritmética simples correspondente a 80% (oitenta por cento) dos maiores salários de contribuição e das maiores remunerações adotados como base para contribuições a regime próprio de previdência social e ao Regime Geral de Previdência Social a que esteve vinculado, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, atualizados monetariamente, desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.”

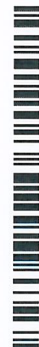
JUSTIFICAÇÃO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019, tratou de forma desproporcionalmente dura os servidores que ingressaram no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor do Emenda que resultar da proposição, ao determinar que tenham a sua

Recebido em 17/9/19

Hora 18:44

Estagiário - SLSF/SGM



SF/19486.26817-24

Página: 1/4 17/09/2019 09:01:01

e1dacf0e87d040cfa3653b07a813acf8108f2ace



aposentadoria calculada pela média de todos os seus salários de contribuição ou equivalentes desde julho de 1994.

Ora, esses servidores, até hoje, têm o direito de calcular os seus benefícios pela média dos 80% maiores salários de contribuição ou equivalentes, desprezando os 20% menores.

A nova regra representa perda significativa para essas pessoas que, além disso, somente terão direito a receber 100% da média após 40 anos de contribuição.

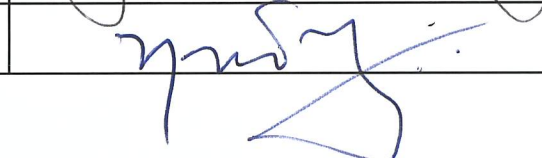
Trata-se de tratamento injusto e, mesmo, pouco isonômico, uma vez que em outras situações, como a dos servidores públicos que ingressaram antes de 2003, permitiu-se a manutenção dos direitos previstos na data do ingresso.

É bom lembrar ainda que esses servidores públicos, da mesma forma que aqueles que têm direito à integralidade e paridade, pagam a contribuição em cima de seu salário bruto e não sobre o teto do INSS – contribuição esta que continuam pagando também após a aposentadoria. Eles também não têm direito ao FGTS.

Assim, para corrigir essa distorção, apresentamos a presente emenda.

Sala das Sessões






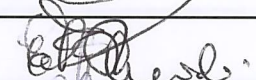
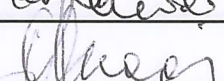
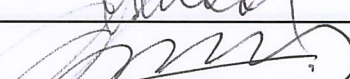

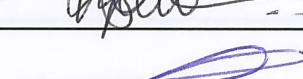

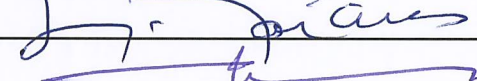
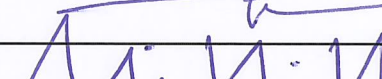


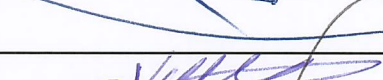
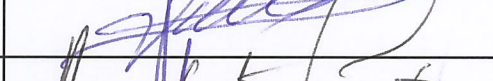
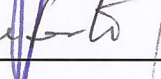

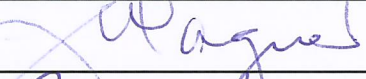
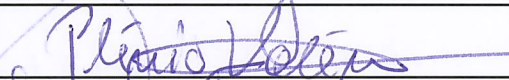
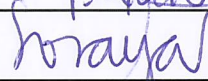
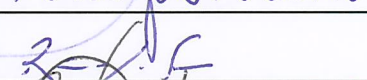


SENADORA ZENAIDE MAIA
PROS/RN

1.	FABIANO CONTADOR	
2.	Helvécio Trindade	



SF/19486.26817-24



3.	STYVENSON VALENTIM	
4.	José Carlos	
5.	TAVHOTOCHTA	
6.	WEVERTON	
7.	EDUARDO GILM	
8.	Eduardo Fenei	
9.	OTTON ALENCAR	
10.	Wallington Fogado	
11.	KEILA KANA	
12.	Jorge Mello	
13.	LAIS FER	
14.	Dani Bergem	
15.	Flavia Ann	
16.	RANDOLFE	
17.		
18.	Paulo Ferey	
19.	Humberto Costa	
20.	Jorge Kozuru	
21.	José Wagner	
22.	Plínio Volnei	
23.	Horayza Thronick	
24.	ROMARIO	
25.	ALESSANDRO	
26.	Eduardo Broger	



SF/19486.26817-24

Página: 3/4 17/09/2019 09:01:01

e1dacfb87d040cf3653b07a813acf8108f2ace



27.	Anglo Coronel	
28.	Eliziane Gomes	
29.	ARIOVISTO	
30.	AROLDE	
31.		
32.		
33.		
34.		
35.		



SF/19486.26817-24

